



A saga do imperialismo americano: da Marcha para o Oeste à Doutrina Donroe¹

*The saga of American imperialism:
from the Westward Expansion to the Donroe Doctrine*

Jonas Abreu

Professor de Administração e Marketing da Universidade Anhanguera, Grupo Gogna.

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV Rio de Janeiro, Especialista em marketing.

121

¹ Recebido para Publicação 31/05/2026. Aprovado para Publicação em 03/07/2026.
DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.21997043>





Resumo

O artigo pretende analisar os fatores relevantes que caracterizaram o imperialismo americano ao longo de sua trajetória histórica. O fenômeno, visto como necessidade geopolítica, econômica e ideológica dos EUA, está alinhado com as teorias clássicas sobre o imperialismo europeu do fim do século XIX. O imperialismo é tratado como a estratégia de uma nação preponderante que estende seu domínio militar e econômico sobre outras mais fracas, na tentativa de encapsular recursos, mão-de-obra e condicionar mercados. A metodologia utilizada para obter os resultados foi a pesquisa exploratória e revisão bibliográfica, na tentativa de explicar a relação da expansão territorial, econômica, militar e cultural dos EUA com o processo imperialista, desde a Marcha para o Oeste, até a hegemonia alcançada no século XX. O estudo examinou o contexto da nova diretriz imperial americana, a partir da era Trump, observando como a Doutrina Monroe foi adaptada para demonstrar a nova estratégia geopolítica americana, que se tornou conhecida informalmente por Doutrina "Donroe".

Palavras-chave: Destino manifesto, Doutrina Monroe, Doutrina Donroe, Imperialismo americano, Trumpismo.

Abstract

This article aims to analyze the relevant factors that have characterized American imperialism throughout its historical trajectory. The phenomenon, seen as a geopolitical, economic, and ideological necessity for the US, is aligned with classical theories on European imperialism from the late 19th century. Imperialism is treated as the strategy of a preponderant nation that extends its military and economic dominance over weaker nations, in an attempt to encapsulate resources, labor, and control markets. The methodology used to obtain the results was exploratory research and a literature review, in an attempt to explain the relationship between the territorial, economic, military, and cultural expansion of the US and the imperialist process, from the March to the West to the hegemony achieved in the 20th century. The study examined the context of the new American imperial directive, starting in the Trump era, observing how the Monroe Doctrine was adapted to demonstrate the new American geopolitical strategy, which became informally known as the "Donroe" Doctrine.

Keywords: American imperialism, Donroe Doctrine, Manifest Destiny, Monroe Doctrine, Trumpism.





Introdução

As características intervencionistas que procuram identificar pistas do imperialismo americano, devem passar antes primordialmente pela Europa. O objetivo é averiguar se os argumentos da expansão americana como necessidade geopolítica, econômica ou mesmo ideológica estão alinhados com as teorias clássicas sobre o imperialismo europeu surgidas no fim do século XIX.

Logo, essas ingerências na soberania de nações ocorrem historicamente há séculos e não se iniciaram com a experiência americana, antes envolvem reinos, impérios e nações euroasiáticas na tentativa de canalizar seus interesses territoriais, políticos e econômicos. Um exemplo emblemático foram as cruzadas dos séculos XI a XIII, que constituíram expedições militares e religiosas da Europa Cristã, organizadas pela Igreja Católica para retomar a Terra Santa do domínio muçulmano. Este caso é a configuração clássica de que a civilização ocidental estava empenhada na disposição de penetrar e transformar as sociedades orientais. Essa onda de expansionismo que combinava fervor religioso com objetivos políticos e econômicos, foi sendo substituída nos séculos XVI a XVIII por exploradores, conquistadores, missionários e colonos. Nesta nova fase, essa propagação foi ampliada para quase todas as partes do mundo, resultando em conflitos, mas também em impulsionamentos do comércio e transformações sociopolíticas. Entre as diversas funções caracterizadoras destas atividades podemos citar a reclamação de terras, exploração de ouro e prata, fundação de colônias, agricultura de exportação e até salvação de “almas”.

Durante estes séculos, o termo “imperialismo” sequer existia e não pode ser associado a estas práticas, senão por uma conexão com o seu sentido contemporâneo, surgido após 1870. A proficiência de historiadores sobre este tema abarca desde então, interpretações difusas e polêmicas. A despeito de um provável reducionismo teórico, vamos partir do fato de que a revisão bibliográfica dominante define que imperialismo é a estratégia de uma nação poderosa que estende seu domínio político, econômico e cultural sobre outras mais fracas, buscando recursos, mercados e mão de obra, tendo ocorrido na esteira de uma nova janela de aquisições territoriais ligadas à expansão da Europa Ocidental na África, Ásia e Oceania. Neste sentido, as teorias clássicas do imperialismo surgiram, sobretudo, para explicar a invasão do mundo subdesenvolvido pela Inglaterra, França, Alemanha, Itália e outras nações, entre 1884 e 1914. Observando os parâmetros caracterizadores do fenômeno, o ano de 1884 costuma ser o marco histórico recorrente para identificar a gênese do imperialismo ocidental, porque assinala a partilha da África, ou seja, a divisão territorial definida pelas potências europeias na Conferência de Berlim. Impulsionado pela Revolução Industrial e justificado por ideologias de superioridade racial, o imperialismo difere do colonialismo tradicional por focar na exploração industrial, gerar dependência e potencializar conflitos duradouros.

Enquanto teoria, a essência da idealização imperial é justificada pelas democracias europeias como um pressuposto de que se trata de missão civilizadora e não propriamente de um domínio político ou econômico. Todavia, para se materializar concretamente, o imperialismo deve produzir programas, projetos ou ações. A primeira seção do artigo vai se ocupar desta análise.

Em um segundo plano, o qual serve de fundamento para o objetivo principal deste estudo, convém verificar de que forma essas abstrações são aplicáveis para caracterizar o imperialismo americano. Neste caso, o marco histórico do início da jornada imperial da América poderia ser materializado pela expansão



continental dos EUA durante o século XIX, conhecida por Marcha para o Oeste. Segue posteriormente para as aquisições internacionais ultramarinas no fim do século, prossegue se intensificando durante e após a guerra fria, até chegar ao estágio atual inserido nas circunstâncias que demonstram como o Trumpismo advoga os interesses americanos no continente.

Um dos elementos nos quais está baseada esta exterioridade, são os princípios civilizadores americanos costumeiramente associados à Doutrina Monroe, proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe. Como instrumento político, os fundamentos da doutrina se preocuparam em declarar o Hemisfério Ocidental fechado à colonização europeia e proibir a interferência europeia nos assuntos das nações americanas, com o lema "América para os americanos". O argumento era proteger as novas nações independentes e os interesses americanos, mas ao longo do tempo, encapsulou várias intervenções diretas nos governos da América Latina.

Para dar conta da análise das teorias clássicas sobre imperialismo e conectá-la com os sentidos modernos que relacionam a democratização da política externa americana até chegar aos ideais e ações do Trumpismo, as duas últimas seções do artigo pretendem avaliar a trajetória resumida da saga imperialista americana na história político-econômica mundial e a readaptação da antiga Doutrina Monroe aos desafios geopolíticos e econômicos modernos encapsulada na autodenominada "Doutrina Donroe", uma espécie de abstração corrompida da Doutrina Monroe original.

124

O estudo, portanto, está dividido em três seções. Na primeira parte, será diagnosticado o imperialismo europeu no contexto político-econômico das nações do continente, desde o final do século XIX. Na segunda seção, o artigo descreve e analisa a saga imperialista dos EUA, tendo como pano de fundo a teoria do Destino Manifesto, pela qual podemos identificar os pontos comuns e diferenças em relação ao imperialismo europeu. Na terceira seção, serão estabelecidas pistas para examinar de forma geral, as características, os impactos e o contexto da nova diretriz imperial americana, a partir da era Trump. É nessa conjuntura que a Doutrina Monroe pode ser caracterizada como um marco regulatório que adaptada à nova estratégia geopolítica americana, se tornou conhecida informalmente por Doutrina "Donroe".

Imperialismo clássico: pistas para entender a face imperial europeia

As teorias clássicas do imperialismo surgiram no final do século XIX e início do século XX, principalmente a partir da análise do marxismo e do liberalismo, explicando a expansão capitalista como busca por matérias-primas, mercados consumidores e áreas de investimento de capital excedente, como figuras centrais, embora o conceito moderno de imperialismo seja mais abrangente que as teorias sistemáticas.

Analisando as teorias clássicas do imperialismo, SCHLESINGER JR. (1992) argumenta que podem ser classificadas em quatro categorias gerais: apologias, interpretações econômicas, interpretações sociológicas e interpretações geopolíticas. Para caracterizar o imperialismo como apologia, o autor salienta que as nações europeias construíram narrativas que instruíam os ignorantes, potencializavam os subdesenvolvidos e amparavam os desprotegidos: mulheres, escravos ou crianças.





A essência da apologia é a alegação de que se trata de missão civilizadora. Os imperialistas europeus apresentavam-se como portadores do fardo do homem branco, da cultura, da tecnologia e da religião do Ocidente aos povos atrasados do mundo (SCHLESINGER JR., 1992, p. 134).

Numa visão revisionista posterior, essa explicação estaria mascarando suas más intenções e teria sido abandonada por ser traduzida como interessada e hipócrita, uma vez que encobriam as tentativas de expansão das potências na busca por controle e influência sobre outras nações. Entretanto, essa teoria não era totalmente uma ficção. Os europeus e americanos enviaram milhares de pessoas e exércitos aos confins da terra na expectativa declarada de fazer o bem, incluindo agências de desenvolvimento, administradores e até missionários. Neste sentido, na descrição do imperialismo como apologia, juntam-se motivações políticas e culturais que se misturam para forjar a afirmação de poder, prestígio e a crença na missão civilizadora a fim de certificar a dominação.

Por sua vez, a interpretação econômica foi inventada pelos defensores do imperialismo, não pelos críticos ou acadêmicos que a estudaram. Nos EUA, em artigo intitulado A Base Econômica do Imperialismo, Charles Conant afirmava que o excesso de poupança (*oversaving*) era a causa essencial das tensões econômicas e sociais das nações industrializadas.

O sistema de abstinência de consumo em favor da poupança produziu uma pletora de bens que destruía o lucro, levou grandes empresas à falência e arruinou investidores. Os países desenvolvidos precisavam de um escoadouro para o seu excesso de poupança, se não se deseja que a estrutura da presente ordem econômica seja sacudida por uma revolução social.” (CONANT, 1898, p. 335).

De acordo com o autor, a solução seria investir o dinheiro em excesso no desenvolvimento da África e Ásia, uma vez que poupar era um fenômeno europeu. Apesar dos EUA serem ainda um país importador de capital, ele argumentava que não se podia permitir ficar atrás das nações europeias, enquanto elas dividiam o mundo subdesenvolvido entre si.

De acordo com Schlesinger Jr. a interpretação econômica podia ser utilizada também para criticar muitos aspectos do imperialismo. Entre os teóricos do imperialismo econômico se destaca John A. Hobson. Em sua obra *Imperialism: A Study* (Imperialismo: Um estudo) de 1902, ele argumentava que o imperialismo era uma busca de mercados compradores, mas o apontou como desnecessário. A solução mais autêntica para o excesso de poupança, teria sido a expansão da demanda interna por meio da redistribuição de poder de compra. Hobson também entendia que o imperialismo seria impulsionado pela acumulação de capital excedente nas nações industrializadas, que não encontrava investimento rentável internamente e precisava ser exportado para colônias (SCHLESINGER JR., 1992)

Outra visão, mais extensiva e sofisticada partia de Lenin, principal líder e chefe da Revolução Comunista Russa, que enfatizava a exportação de capital. A inabilidade intrínseca ao capitalismo do tipo monopolista de investir internamente os excedentes de capital, implicaria que as nações seriam obrigadas a investir nos países subdesenvolvidos para evitar a crise final do sistema. Esta tese, entretanto, suscita várias objeções. Em primeiro lugar como justificar que o grande surto de criação de impérios ocorreu nos primórdios do capitalismo, quando ainda não existiam monopólios internos, excedentes de capital ou pressão por acumulação de lucros? Como explicar que o investimento por parte de países desenvolvidos fosse maior em outros países desenvolvidos? E por último, ainda temos que elucidar a expansão de países





pobres na década de 1930, como Itália e Japão, ou do início do século XX, como Portugal e Rússia ou ainda de países em desenvolvimento como os EUA do século XIX. Assim, concluímos que o capitalismo do início do século XX, visto como motor de análise do imperialismo não se sustenta, porque ocorreu na maior parte do tempo durante a dissolução e não por conta da implementação de impérios (SCHLESINGER JR., 1992).

Outro aspecto a considerar na interpretação econômica do imperialismo é a Teoria da Dependência, que foi sustentada pela tese de que o mercado mundial tanto cria como perpetua o subdesenvolvimento, condição que se diferencia do estado pré-capitalista de subdesenvolvimento. No modelo de dependência, o mundo industrializado drenaria automaticamente todo o excedente da periferia, condenando-a à pobreza permanente. Um pouco da teoria do valor de Marx está impregnado nesta abordagem, o que significava exploração, mas também representava o estímulo e o capital fundamentais ao crescimento econômico. Visitando o Canadá, por exemplo, Friedrich Engels, co-fundador do socialismo científico ao lado de Karl Marx, também teria afirmado que nesta parte do mundo se poderia confirmar o quanto necessário é o espírito especulativo dos americanos para o rápido desenvolvimento de um novo país, vizinho da América (SCHLESINGER JR., 1992).

Não se poderia afirmar que a longo prazo, o neocolonialismo (outro nome para o imperialismo) tenha retardado o desenvolvimento. Índia, Paquistão e Bangladesh não estariam mais desenvolvidos sem a vinda dos ingleses. O mesmo raciocínio se aplicaria à África do Norte, sem os franceses ou a Indonésia sem os holandeses. A interpretação de que os países pobres, entregues a si mesmos, já estariam adiantados na rota da modernização, não levaria em conta que as raízes da pobreza em massa são mais complexas e profundas do que a narrativa quase acusatória da teoria da dependência. Por fim, Schlesinger Jr. finaliza as contradições da interpretação econômica com um questionamento emblemático:

Terá o imperialismo valido a pena para os imperialistas? O esforço de levantar um balancete encontra insuperáveis dificuldades de cálculo. Alguns indivíduos e algumas empresas deram-se muito bem com o imperialismo. Os governos, por outro lado, gastaram mais nas colônias – em administração, infraestrutura, defesa e desenvolvimento social – do que em contrapartida receberam. Com a passagem do tempo, a relação despesa-lucro voltou-se nitidamente contra a metrópole (SCHLESINGER JR., 1992, p. 141).

Poderíamos dar razão à Marx, ainda que parcialmente, ao predizer que, do ponto de vista econômico, a ação do imperialismo seria mais positiva que negativa para os países subdesenvolvidos. Por outro lado, seria uma ilusão bizarra afirmar que foram as colônias que teriam mantido o sistema capitalista funcionando, porque na maior parte dos casos por pouco não foram a ruína dos colonizadores.

Para avançarmos nessas elucubrações, temos uma terceira versão, analisada por Silva e Oliveira (2012) e que diz respeito ao pensamento de Schumpeter. Aproveitando as lacunas deixadas pela interpretação econômica, Joseph Schumpeter deslocou a discussão do que era o imperialismo, para quem eram os imperialistas e que força os impelia para as regiões distantes da terra. Antes de descrevermos a produtiva análise sociológica de Schumpeter contida em seu livro *Imperialismo* (1919) e que constitui a terceira interpretação da saga imperialista mundial, precisamos identificar os protagonistas do imperialismo. De modo geral, eles podem ser representados inicialmente por potências como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão. Se aceitarmos a ideia de um imperialismo socialista, teríamos que incluir a Rússia, especialmente na sua versão soviética pós-guerra e mais recentemente, a China.





Schumpeter rejeitava a equação entre capitalismo e imperialismo porque compreendia o imperialismo como fator de sobrevivência na sociedade burguesa, uma espécie de mentalidade guerreira pré-capitalista, voluntariosa e dedicada à expansão como força de expressão natural dos ímpetus hobbesianos (SILVA E OLIVEIRA, 2012).

Corroborando este pensamento, Dutra (2016), reafirma que essa visão antropológica sintetizada no pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679), descreve a natureza humana como essencialmente egoísta, movida por paixões, desejos e, principalmente, pelo medo da morte violenta. Esses ímpetus são instintos naturais de sobrevivência — o conatus — que levam os seres humanos a um estado de "guerra de todos contra todos" na ausência de um poder soberano forte - o Estado. Assim, o principal instrumento do imperialismo, teria sido na análise do autor, a institucionalização da mentalidade guerreira na “máquina de guerra”, a estirpe dos militares profissionais (DUTRA, 2016, p. 71-76).

Numa extensão reflexiva desta conclusão e tomando como base a sociedade indiana britânica, Langer lembra que o historiador James Mill descreveu o império como um vasto sistema de assistência externa para as altas classes, vale dizer a aristocracia do poder que dependia dos estrategistas da guerra. Assim, enquanto a visão marxista entendia o imperialismo como resposta aos deslocamentos do mercado de capitais, Schumpeter compreendia o fenômeno como uma reação aos deslocamentos da estrutura social, criando as guerras de que precisava. Deste modo, nesta ótica interpretativa, levando em conta que impérios e colônias existiram antes do capitalismo, a história sugeriria que as nações, ou seja, os sujeitos que se moviam nelas, são estimulados pelo perpétuo e ansioso desejo do poder de Hobbes (LANGER, 1962).

127

Independente destas interpretações didáticas baseadas na obra de Schlesinger devemos detectar as consequências do imperialismo nos povos dominados, a saber: desestruturação social, dependência econômica, perdas culturais e conflitos persistentes. O expansionismo territorial também deixou o legado de fronteiras artificiais, especialmente no continente africano (SCHLESINGER JR, 1992).

Por fim, temos a interpretação geopolítica. Ela abre uma perspectiva para analisar as variáveis que sustentaram as necessidades econômicas do Estado, mas também os interesses de lucro das corporações privadas. A advertência incluída na teoria, adverte que independente do sistema ideológico ou da estrutura da propriedade adotada, o Estado, em sua busca pelo poder nacional, demanda riqueza, relações comerciais e matérias primas. Essa conjuntura não está associada ao enriquecimento das empresas privadas, como se este fosse o objetivo do Estado, mas porque fortalecem o próprio Estado (SCHLESINGER JR. 1992).

Max Weber propôs um exercício imaginário, pressupondo por um instante que estados capitalistas se tornassem socialistas. Ainda assim, ousou afirmar que esta hipotética situação não mudaria de forma significativa o que foi descrito anteriormente. A razão é que nações socialistas possuem a mesma demanda por produtos primários e mercados, estando preparados para usar a força, se necessário, a fim de ter acesso a estes produtos, extorquir tributos e praticar o imperialismo (WEBER, 2021).

A perspectiva geopolítica, por assim dizer, na época da restauração do imperialismo (transição dos séculos XIX e XX) não teria relações diretas com o capitalismo de mercados ou com oportunidades de investimento, mas correspondeu às respostas que as superpotências europeias tiveram que oferecer no sistema de alianças ao qual estavam engendradas e que projetava as rivalidades nacionais na África, Ásia e Oceania. Tratava-se de trunfos na luta por poder e status, negando aos rivais o valor econômico e político,





numa espécie de imperialismo preventivo. As pressões vinham das classes militares e setores executivos do Estado. Sobre isso, Langer chegou a dizer que os “interesses comerciais podem ter tido papel na aquisição de territórios como podem não ter tido. Mas as classes militar e oficial quase sempre tiveram.” (LANGER 1962, p. 120).

Assim, baseado nos argumentos de Weber, não teria sido a expansão comercial que exigiu a ampliação das reivindicações territoriais, mas o contrário. Na interpretação econômica do imperialismo, o Estado adotava políticas expansionistas a mando de interesses capitalistas, mas no ponto de vista geopolítico foi a extensão das conquistas geográficas que decretaram a expansão comercial. Isso explica a promoção dos investimentos britânicos no Egito, feitos para fortalecer o controle britânico e não o inverso. O mesmo se deu no Marrocos quando os financistas franceses prepararam o terreno para o controle político da França, mesmo com perda de dinheiro, uma vez que o objetivo era tornar o Marrocos um protetorado francês (WEBER 2021).

Ao considerar esta análise preliminar, as teorias clássicas do imperialismo trataram de percorrer a remontagem da expansão europeia à luz de quatro perspectivas: um serviço altruísta à humanidade, demandas comerciais continentais, desapontamentos da sociedade europeia e exigências de poder das superpotências, operando em um sistema de pactos e conflitos entre os estados nacionais europeus pós 1870.

128

O imperialismo americano: da Marcha para o Oeste à hegemonia cultural

Constatamos que uma das características mais marcantes do que se convencionou chamar de imperialismo na sua primeira fase foi a expansão territorial das superpotências regionais ou globais da Europa na direção do terceiro mundo. Em relação aos EUA, é notório que a nação se configura como um país expansionista. Desde a instalação das colônias pela Coroa inglesa durante os séculos XVII e XVIII e especialmente após a cimentação da independência na década de 1780, a área nacional incorporou terras ocupadas por aborígenes, franceses, espanhóis, mexicanos e ingleses na direção oeste. Um povo enérgico e aquisitivo que teria sido impulsionado pelo seu ethos protestante e por sua tecnologia invulgar a ocupar as terras vizinhas por meio de diversos formatos.

Muito se fala sobre o ethos protestante americano, tema para o qual as revisões bibliográficas apontam que se refere a um conjunto de valores, crenças e normas comportamentais profundamente enraizadas no protestantismo pelas vertentes puritanas de origem calvinista que moldaram a cultura, a economia e a identidade nacional dos Estados Unidos. Esse conceito, amplamente estudado por Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, no início do século XX, enfatiza que o sucesso material conquistado através de trabalho árduo e disciplina é uma evidência de bênção divina e salvação. Max Weber argumenta que o indivíduo que racionaliza suas ações, valoriza o seu trabalho e apresenta um afastamento dos prazeres espontâneos, possuiria o chamado espírito capitalista. O seu texto original (1904) e a versão complementar e refinada de 1920 analisam a gênese da cultura capitalista moderna e sua relação com a religiosidade puritana adotada por igrejas protestantes dos séculos XVI e XVII. A partir de observações



estatísticas, Weber constatou que os protestantes de sua época eram, de um modo geral, mais bem-sucedidos nos negócios do que os católicos (WEBER, 2004).

Podemos calcular que esse espírito estaria impregnando as ações ligadas ao expansionismo interno e externo dos EUA. Uma das formulações que materializa o caráter expansionista dos EUA e derivada dos princípios discutidos por Weber, foi a Marcha para o Oeste. Em termos gerais, James W. Davidson em seu relato humanizado sobre a história dos EUA, mostra como vidas individuais se inserem neste deslocamento rumo ao Pacífico, o qual pode ser caracterizado como um processo de expansão territorial e povoamento que construiu uma trajetória de aquisições por meio de diversos modelos (DAVIDSON, 2016).

Através de sua narrativa, esta história foi contada tomando como base o termo “fronteira oeste” e tendo como pano de fundo a convivência contraditória entre a escravidão e a liberdade nos novos territórios. Através do modelo de compra foram adquiridos a Louisiana (1803), Flórida (1819) e Alasca (1867), enquanto o Texas foi anexado em 1845. Ao final da Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), foram incorporados a Alta Califórnia, Novo México, Utah, Arizona, Nevada e partes do Colorado e Wyoming. Este último transcurso expansionista acabou se tornando uma guerra explícita e um dos seus resultados foi a perda de cerca de 40% do território mexicano, além da definição do Rio Grande como fronteira, em troca de compensação financeira e perdão de dívida (DAVIDSON, 2016, p. 129-156).

Claude Fohlen ainda destaca a Lei de Terras (Homestead Act) de 1862, que acelerou a migração de colonos e imigrantes até o fim do século, transformando os EUA no território continental atual (FOHLEN, 1989).

A Marcha para o Oeste foi potencializada em grande parte, pela ideologia do Destino Manifesto (Manifest Destiny), que durante o século XIX declarava existir um dever divino conectado ao destino inevitável dos Estados Unidos de expandir seu território e a influência por toda a América do Norte. Isso significava que do Atlântico ao Pacífico, a nova nação resultante da revolução americana, deveria levar consigo a democracia, o progresso e a civilização, justificando a anexação de terras e a remoção de povos indígenas. A esse respeito, Sandro M. Santos afirma que essa doutrina, que se tornou uma força motriz na política e expansão territorial americana, foi formalizada por John O'Sullivan em 1845, em um artigo sobre a anexação do Texas, na revista política *The United States Magazine and Democratic Review*. Ainda que suas raízes sejam mais antigas, seus resultados mais diretos neste momento estão relacionados à alimentação do nacionalismo, a sublimação dos direitos das culturas nativas e a motivação para movimentos racistas. Santos (2022) lembra que o próprio O'Sullivan defendia o direito dos EUA de se espalhar e encapsular todo o continente e que isso seria resultado de uma Providência divina, interpretado com um desafio para o desenvolvimento deste grande experimento de liberdade e autogoverno confiado à nação americana.

Esse foi um clamor em prol do expansionismo territorial dos Estados Unidos rumo ao Oeste, compreendido e interpretado por ele como mais do que apenas um imperativo político. Era um chamamento divino e, portanto, acima de meros desejos humanos. Mas essas não eram metáforas novas. Muito antes da publicação do editorial de O'Sullivan, elas já circulavam em diversos meios (SANTOS, 2022, p. 141).

Embora a "Marcha para o Oeste" tenha consolidado o território contíguo, às aquisições fora das fronteiras norte-americanas ganharam força após a Guerra Civil (1861-1865). Surgiram teorias sobre a necessidade de uma marinha forte e bases insulares para justificar a expansão americana para o Caribe e o





Pacífico. Muitos autores da escola geopolítica influenciaram esta posição, destacando-se Alfred Thayer Mahan (1918), que em seu livro *A Influência do Poder Marítimo na História*, escrito originalmente em 1890, argumentava que o poder naval é crucial para a ascensão de uma nação como potência global. Quando analisa os séculos XVII e XVIII, procurava demonstrar como a força marítima, representada por grandes frotas, bases militares e intensa atividade comercial, determina o sucesso ou fracasso econômico-militar, influenciando não somente líderes, mas políticas navais em todo o mundo para garantir o impulsionamento da expansão colonial.

Concluída a ocupação da Califórnia na década de 1880 e encerrada a Marcha para o Oeste, a expansão ultramarina dos Estados Unidos no século XIX se iniciou. Simultaneamente aos últimos anos deste ciclo, este movimento foi marcado pela transição dos EUA como potência continental para um status de potência imperial global. Walter LaFeber, autor de *The New Empire: An Interpretation of American Expansion, 1860–1898*, (*O Novo Império: uma interpretação da expansão americana, 1860-1898*), explora como as necessidades econômicas e a superprodução industrial impulsionaram os EUA a buscar mercados ultramarinos. Neste transcurso, o Alasca foi comprado da Rússia (1867), expandindo a presença americana no extremo norte. O Havaí, que já foi um reino independente, passou por um processo de anexação e territorialização entre 1893 e 1898 até finalmente se tornar um estado americano em meados do século XX. A Guerra Hispano-Americana (1898) garantiu a vitória sobre a Espanha e resultou na anexação de Porto Rico e Filipinas, além do estabelecimento de um protetorado sobre Cuba (LAFEBER, 1967).

130

Esta obra clássica demonstra o influente argumento de Walter LaFeber de que as causas econômicas foram as forças fundamentais que impulsionaram os Estados Unidos ao grupo seleto de países líderes mundiais no século XIX. Durante este período, houve uma aparente tranquilidade da diplomacia americana e limitados discursos políticos, ainda que em meio às grandes guerras. Isso é atribuído ao fato de que os que moldaram a estrutura diplomática dos EUA, acreditavam que a expansão dos mercados era a solução para as depressões econômicas frequentes. Ao investigar detalhadamente a pressão econômica sobre a política externa americana nas últimas décadas do século XIX, LaFeber questionou dois aspectos. Em primeiro lugar, a teoria de que os Estados Unidos foram induzidos pelos acontecimentos a assumir uma condição de potência mundial para a qual nunca tinham se comprometido, e para a qual não estavam aptos deveria ser reexaminada. Em segundo lugar, o autor rebate a tese de que os formuladores de políticas americanas se basearam no rumo duvidoso do idealismo utópico para se orientarem.

Nesse contexto precisamos reforçar a contribuição de William Appleman Williams, um dos analistas mais proeminentes do imperialismo americano. Em sua obra *The Tragedy of American Diplomacy* (1959), ele argumenta que os EUA sempre praticaram o colonialismo, ainda que se imaginassem opostos à colonização, visto que eram impulsionados pela necessidade de expansão de mercados. Essa política, denominada de *Open Door* (Portas Abertas) foi lançada em 1899, quando o Secretário de Estado dos EUA, John Hay, enviou notas diplomáticas às potências europeias e ao Japão, defendendo o livre comércio e a igualdade de acesso aos mercados chineses (WILLIAMS, 2012 [1959]).

Abordando esse assunto, Schlesinger Jr. afirma que a política do *Open Door* teria origem nas necessidades estruturais do sistema econômico de incentivar o comércio e o capital americanos em nível global. Contudo, o autor defendeu a tese de que a *Open Door*, dificilmente poderia justificar o imperialismo





americano como resultado da busca de canais externos para o excesso de capital, ou seja, excesso de produção em busca de mercados internacionais (SCHLESINGER, 1992).

O próprio Williams teria detectado que a razão da obsessão expansionista americana teria origem nos excedentes agrícolas do início do século XIX. Em meados deste século, a agricultura comercial já havia estabelecido uma estrutura comercial madura de vendas para o exterior. Nos anos 1870, por conta de uma depressão econômica, a necessidade de mercados externos se intensificou. Ainda haveria um surto das exportações no fim da década, confirmando a confiança agrária nas soluções do além-mar. Esse ciclo oscilante de pressão nos negócios da agricultura, vivenciou um capítulo decisivo na última década do século XIX.

A pressão agrícola levou à redefinição do mercado americano como o mercado mundial e à consequente reorientação da política externa americana. Finalmente, na década de 1890, uma nova depressão, que coincidiu com o fechamento das fronteiras, não só mobilizou de novo os agricultores, mas alarmou os empresários urbanos, que enfrentavam seus próprios problemas de excedentes, enfrentavam igualmente contradições econômicas e tensões de classe que ameaçavam levar a uma convulsão social (SCHLESINGER, 1992, p. 146).

Como resultado, nos anos seguintes houve um consenso nacional em torno da expansão do mercado, por meios pacíficos ou por meios militares, caso necessário. Tanto por aquisição territorial ou por penetração econômica em longo prazo, isso acarretou a formação de um império americano informal, como atesta Schlesinger. Os países que procurassem blindagem contra a agressão econômica americana eram identificados como perigosos para a liberdade americana, potencializando os conflitos da transição que adentrariam o século XX: o litígio com a Espanha, em 1898, a participação na I e II Guerra Mundial, a Guerra Fria e até as intervenções na Indochina, durante a Guerra do Vietnã. Com certa ironia, Schlesinger afirma que a tese da Open Door seria usada para explicar tudo na política externa americana e sua ofensiva para conquistar os mercados mundiais (SCHLESINGER, 1992).

Nossa hipótese é que o Destino Manifesto continuou alimentando esta ótica expansionista por conta da mesclagem dos interesses comerciais e militares envolvidos, e não por uma alavancagem exclusivamente econômica. O imperialismo americano ainda teria desdobramentos e se intensificou durante e após a Guerra Fria, com intervenções, controle de recursos, imposição de modelos econômicos e hegemonia cultural. Frequentemente, sob a retórica de defesa da democracia, o sentido de buscar garantias para seus interesses globais, deveria prevalecer.

O sociólogo Demétrio Magnoli argumenta que a ideologia do Destino Manifesto estimula a expansão territorial apoiada em quatro princípios: noções de segurança; predestinação geográfica; difusão da liberdade e lei de gravitação político-geográfica. Magnoli identifica que, no contexto do Destino Manifesto, o expansionismo americano não seguia apenas uma lógica de segurança ou proximidade territorial como nas conquistas em direção ao oeste, mas também uma lei de gravitação, quando se ocupa da sua expansão internacional. Segundo essa lógica, terras periféricas, ilhas ou países vizinhos considerados estrategicamente importantes, como Flórida (território espanhol até 1819), Cuba, Havaí e Alasca tenderiam a ser atraídos e incorporados à órbita de poder de um estado expansivo vizinho. Em vista disso, quando analisa o quarto paradigma (gravitação político-geográfica) é possível deduzir o direito que os EUA julgaram ter sobre as ilhas ou terras localizadas fora do continente e que antes de serem absorvidas pelas potências concorrentes,





deveriam pertencer ao Estado americano. Consequentemente as anexações do Alasca, Havaí, Filipinas e Porto Rico, poderiam ser justificadas (MAGNOLI, 1997).

Analisando o texto de Magnoli e considerando um momento posterior, Jonas Abreu ressalta que os dois últimos princípios do destino manifesto também foram revestidos ideologicamente para oferecer uma alegação que justificasse a ingerência em outros países durante a Guerra Fria, entre 1945 e 1991. O discurso continuaria sendo utilizado pelos EUA nas invasões ao Oriente Médio, durante a era Bush, por exemplo. Essa nova releitura da teoria não considera possessões territoriais, mas domínios econômicos, especialmente ligados aos questionamentos de temas, como a defesa da liberdade (ABREU, 2021).

O próximo movimento do imperialismo americano, portanto, é flagrado na Guerra Fria. Formulada originalmente pelo governo americano, seria uma resposta decidida e fundamental de homens livres à agressão comunista da União Soviética. Esta análise capturada por Schlesinger (1992) é corroborada por amplos argumentos muito antes da II Guerra Mundial, para expor os motivos do expansionismo russo.

Especialistas em geopolítica datavam a guerra Fria das ambições estratégicas da Rússia imperial, que, no século XIX, provocaram a Guerra da Criméia, a penetração russa dos Balcãs e do Oriente Médio e a pressão russa na linha vital de comunicações da Grã-Bretanha com a Índia (SCHLESINGER, 1992, p. 188).

A tese revisionista, anos depois, seria diferente. Em sua interpretação mais extrema, depois da morte do presidente Roosevelt e do fim da II Guerra Mundial, os EUA teriam abandonado deliberadamente a política colaborativa ao tempo da guerra e motivado pela posse da tecnologia da bomba atômica, lograriam projetar seu próprio curso de agressões. O objetivo era criar obstáculos para a influência russa na Europa Oriental e implementar democracias livres na fronteira contígua à União Soviética. Essa retomada pelo novo presidente, Truman, na direção de uma filosofia anticomunista, levaria Moscou a tomar medidas para resguardar suas fronteiras, resultando na Guerra Fria.

Seja como for, resultado da política anticomunista americana ou da postura imperialista russa, a guerra fria trouxe impactos especialmente na América Latina. As diversas formas de manifestação do Destino Manifesto se sofisticaram para incluir fervor messiânico, expansionismo ideológico e proteção territorial, derivando para uma combinação de métodos, a começar pelas intervenções militares com o uso da força.

O fenômeno não é uma novidade, pois antes da I Guerra Mundial, a Política do Big Stick (Grande Porrete) baseada neste fundamento, foi implementada pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909). De acordo com Jeff Wallenfeldt tratava-se de uma abordagem de política externa ancorada ideia que combinava fala moderada com instrumentos de pressão. Ela associava diplomacia com a ameaça de intervenção militar para garantir os interesses dos EUA na América Latina, agindo como guardiões internacionais na região. Intervenções diretas foram vistas como violações da soberania local e ações arbitrárias. O caso da separação do Panamá da Colômbia (1903), apoiado pelos EUA para construir o Canal do Panamá, é frequentemente citado como exemplo da impetuosidade dessa política. Outro exemplo foi a intervenção dos EUA na Nicarágua, marcada pela Guerra das Bananas" (1912-1933), que visava proteger interesses econômicos e impedir o controle estrangeiro sobre um possível canal interoceânico, resultando em ocupação militar e no status de quase-protetorado para o país. No período posterior à II Guerra Mundial, o apoio dos EUA a golpes na região continuou motivado por interesses geopolíticos e econômicos, visando





combater a influência de ideologias socialistas ou comunistas e proteger investimentos americanos (WALLENFELDT, 2026, p?).

Os EUA tiveram um papel de apoio logístico e político ao golpe militar no Brasil, em 1964, que derrubou o presidente esquerdista João Goulart. O pesquisador Carlos Fico, que compõe o corpo bibliográfico dos principais estudos sobre a participação dos Estados Unidos no golpe, assegura que documentos revelaram detalhes da Operação Brother Sam, como ficou conhecida a intervenção. Idealizada pelo governo do presidente Lyndon B. Johnson, a ação consistia na prontidão de uma força-tarefa naval, incluindo um porta-aviões, além de aviões de transporte da Força Aérea dos EUA, para apoiar os golpistas contra o presidente João Goulart, caso a situação se tornasse um conflito armado. (FICO, 2008).

Peter Kornbluh, editor do NSA (National Security Archive), organização não governamental, baseada na Universidade George Washington (EUA), publicou documentos e informações sobre outra intervenção, desta vez no Chile. Em 1973, o governo dos EUA, por meio da CIA (Central de Inteligência Americana), desempenhou um papel significativo na desestabilização do governo socialista democraticamente eleito de Salvador Allende, culminando no golpe militar liderado por Augusto Pinochet (KORNBLUH, 2020).

Ainda podemos destacar a Operação Condor. Sobre este movimento, Elizabete Scaliante argumenta que embora fosse uma aliança entre as próprias ditaduras do Cone Sul (Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia) para coordenar a repressão e a troca de informações sobre opositores, documentos sugerem que autoridades dos EUA tinham conhecimento da operação e, em alguns casos, canais americanos foram utilizados para transmitir informações, levantando questões sobre o grau de envolvimento ou omissão dos EUA (SCALIANTE, 2010).

A história de intervenções dos EUA, como vimos, remonta a ocupações desde o início do século XX, no rastro de um tipo de imperialismo militar-ideológico. Posteriormente, se estende por diversos outros países, já no âmbito da Guerra Fria, como Guatemala (1954), República Dominicana (1965), Granada (1983) e Panamá (1989), muitas vezes com o objetivo de instalar regimes alinhados aos interesses de Washington.

Um terceiro campo estratégico analisado por Eduardo Galeano derivou para o Controle Econômico, através da criação de vínculos que estabeleceram dependência financeira, controle de recursos naturais (petróleo) e imposição de políticas neoliberais. Paralelamente, na área da diplomacia internacional podem ser ressaltadas várias ações através de Organismos Internacionais, caracterizadas pela influência em fóruns globais e bloqueio de empréstimos através do Fundo Monetário Internacional (FMI) para países desalinhados (GALEANO, 2010).

Por último, a Hegemonia Cultural é o fator diferenciador do imperialismo americano no continente americano, durante o século XX. Na obra Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia, Luis Fernando Ayerbe analisa como a política externa dos EUA moldou o desenvolvimento latino-americano, focando tanto na dominação política quanto na influência cultural e nas relações hemisféricas. A construção dessa hegemonia seguiu paralelamente ao arcabouço tradicional do imperialismo político-econômico-militar já descrito, todavia se tornou o mais importante e proeminente (AYERBE, 2002).

A intenção do autor foi registrar as avaliações prévias em relação às decisões de política externa, com base em análises originalmente sigilosas, com o propósito de descrever as situações a serem enfrentadas, assessorando o poder executivo para que este seja bem-sucedido nas medidas adotadas. Muitas dessas





decisões foram tomadas no âmbito cultural em termos dos modos, costumes e produtos americanos que passariam a circular na América Latina, desde a primeira metade do século XX. Essa difusão de ideais, estilo de vida e valores americanos, muitas vezes gerando aculturação, ficou conhecido como *american way of life* (modo americano de vida), impregnando a geração *baby boomer* (nascidos antes de 1965) e a geração X (nascidos entre 1965 e 1980) com os hábitos, crenças, valores e juízos produzidos nos EUA, deixando marcas indeléveis que permanecem até o momento atual.

Os argumentos de Ariel Dorfman e a sua análise originalmente escrita em 1983, sobre o imperialismo cultural dos EUA na América Latina ilustra esse fenômeno. O autor descreve as produções culturais norte-americanas que pareciam inofensivas ou destinadas ao entretenimento infanto-juvenil, cujo objetivo foi demonstrar que esses materiais não eram apenas entretenimento, mas veículos ideológicos. Personagens como o Zorro, por exemplo, que traz a "lei e ordem" ao velho oeste mexicano, corroboram em suas aventuras a metáfora com a América Latina, justificando a intervenção e a superioridade cultural norte-americana nas culturas latinas. Outros personagens e produtos são citados, como o elefante Babar, de estilo impecável e a revista *Reader's Digest* (conhecida no Brasil como *Seleções*), publicação regular americana de interesse geral, fundada em 1922 por DeWitt e Lila Wallace. De acordo com o autor, a tese central é que a cultura de massa dos EUA exporta valores de consumo e comportamento que subvertem as culturas locais, criando uma submissão ideológica disfarçada de modernização ou diversão (DORFMAN, 2010).

134

O refinamento do novo sistema imperial permitiu o rompimento das fronteiras históricas do imperialismo e lançou a rivalidade internacional para um outro patamar. Neste novo nível estão em jogo processos de acumulação simbólica, baseados em disputas na arena cultural (entretenimento, comunicação, arte e tecnologia da informação), deslocando para o campo dos discursos ou narrativas midiáticas, o palco da arena imperialista. Neste novo cenário, a supremacia americana ficou evidente tanto em teorias administrativas, técnicas gerenciais e patentes industriais, surgidas nas grandes universidades, como nas tecnologias de comunicação operantes na economia criativa: cinema, música, teatro, esportes e publicidade.

Também se destacam agências de desenvolvimento, filantropia e apoio social, como o *Peace Corps* (Corpo da Paz). Este último exemplo é uma caricatura que define bem estes propósitos, pois esta é uma agência independente do governo dos EUA que envia cidadãos americanos voluntários para países em desenvolvimento, promovendo a compreensão mútua e auxiliando em áreas como educação, saúde, agricultura e desenvolvimento comunitário, com voluntários servindo por dois anos para trabalhar junto às comunidades locais (NPCA, 2026).

O exemplo anterior atesta que frequentemente justificada pela promoção da liberdade, democracia e direitos humanos, essa nova plataforma comportou igualmente as mesmas críticas de antes. Contudo, estes valores e juízos que balizaram as novas ações imperiais exigiram argumentos críticos em um nível mais elaborado, ainda que no centro do debate continuava sendo identificada uma parte significativa dos mesmos interesses americanos. O que mudou foram as formas dos questionamentos porque o pano de fundo da hegemonia cultural não estava vinculado a exércitos ou fatores repressivos, sendo mais insinuante e penetrante. Por conseguinte, foi vista até por muitos analistas como dominação simbólica para garantir interesses estratégicos e econômicos, por meio da exploração de nações e culturas.



E quanto ao século XXI? Durante o tempo em que a plataforma mista do imperialismo americano estabelecida no século XX era baseada no tripé: economia, política militar e cultura, temos uma nova estratégia pragmática e competitiva a partir de Donald Trump, que está redefinindo esta estrutura. Há uma evidente prioridade para a força econômica e a hegemonia regional em um mundo multipolar, a partir especialmente da visão do Trumpismo que defende a volta dos princípios que regeram a tese das áreas de influência, difundida antes da eclosão da II Guerra Mundial.

O Trumpismo estabelece o marco de uma nova estratégia imperial

O contexto no qual se operam as relações dos EUA com as nações, desde o fim do século XX, considera a ascensão da China. Esta é a principal força motriz da competição estratégica em curso, exigindo uma nova abordagem imperialista para manter a hegemonia global. A diretriz imperial vigente dos EUA, conforme análises recentes, foca na disputa pelo poder global e abandona o universalismo moral, priorizando interesses nacionais a partir de uma posição de força. O objetivo é conter a ascensão chinesa ao mesmo tempo em que também reestrutura o poder econômico americano, especialmente na América Latina.

135

O pesquisador José Luís Fiori é um dos principais analistas brasileiros de geopolítica e estuda como as grandes potências, incluindo os EUA, utilizam o belicismo e o expansionismo para manter sua hegemonia global. No final da década de 2010, o autor detalhou a transição estratégica norte-americana, focando no novo plano imperial de longa duração. Seguindo os argumentos de Fiori (2018) destacamos as principais características da estratégia vigente na era Trump. Inicialmente, precisamos descortinar a concepção de um novo realismo geopolítico, que relativiza os valores americanos e os lançam em uma nova arena competitiva.

Os EUA abandonam a ideia do sistema mundial como lugar de uma luta global entre o 'bem' e o 'mal', e o redefinem como um espaço de competição permanente pelo 'poder global', entre Estados nacionais soberanos que seguem sendo o melhor instrumento para a construção de uma ordem mundial pacífica (FIORI, 2018, p. 12).

Esta premissa está contida na primeira versão da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA (2017), um documento publicado no início do primeiro mandato do governo Trump. Em um determinado momento, o trecho deste documento ressalta a nova perspectiva imperial, não sem uma dose de autocrítica.

Buscaremos essa bela visão – um mundo de nações fortes, soberanas e independentes, cada uma com suas próprias culturas e sonhos, prosperando lado a lado em prosperidade, liberdade e paz [...]. Também somos realistas e entendemos que o estilo de vida americano não pode ser imposto a outros, nem é o ápice inevitável do progresso (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2017, p. 2).

Outro ponto é o foco no poder econômico, com a recuperação e reforço da economia americana limitando o crescimento de competidores como a China. Da mesma forma, assumem seu direito de utilizar sua economia e suas sanções econômicas como instrumentos de guerra. Deste modo, surge no primeiro mandato de Trump o conceito de Guerra Híbrida e Tecnológica, não somente utilizando as sanções, mas potencializando disputas tecnológicas e guerra de influência, em vez de apenas intervenções militares





diretas, ainda que estas ainda frequentemente sejam uma opção. Em decorrência disso, o imperialismo volta a caracterizar uma posição de força, utilizando a negociação e competição baseadas unicamente nos interesses nacionais, sempre partindo de uma base de poder econômico e militar, se necessário (FIORI, 2018).

Este documento original foi esquadrinhado por diversos cientistas políticos e analistas internacionais. Em uma destas análises, John M. Weaver, em seu artigo *The 2017 National Security Strategy of the United States* (2018), o autor deixava claro que já naqueles anos, os EUA reconheciam que seus valores não são universais e que não existiria uma vitória final dos preceitos americanos em um mundo onde cada nação tem sua própria cultura e seus juízos éticos particulares (WEAVER, 2018).

Ao reconhecer que não existe um destino histórico manifesto e convergente de toda a humanidade, conduzido pelos EUA, o Departamento de Estado desiste do velho projeto messiânico de conversão de todos os povos aos valores ocidentais. Assim, os EUA abrem mão da idealização de uma hegemonia ética e cultural universal e optam pelo uso da força e das armas para impor seus interesses em todas as arenas geopolíticas e geoeconômicas do planeta. Disso decorre, que se necessário, devem ser levados em conta os meios e recursos para a mudança de governos.

No contexto do segundo mandato de Trump, o autor brasileiro Kleber Nascimento examina como os EUA, particularmente sob a liderança de Donald Trump, resgataram princípios da competição de grandes potências, criando um novo ambiente de Guerra Fria Tripolar. O autor detalha como os Estados Unidos no segundo mandato de Trump, buscam resgatar princípios da Doutrina Monroe, reafirmando sua influência sobre o continente americano e tentando conter a ascensão de rivais globais. Ao mesmo tempo, a Rússia de Vladimir Putin surge como uma potência revisionista, motivada na restauração parcial de seu prestígio, menos por sua ideologia socialista e mais por influência geopolítica na Europa e da zona de controle herdados da antiga União Soviética. Paralelamente, a China prossegue na trajetória estratégica de consolidação da sua liderança na Ásia, todavia projetando poder econômico, político e tecnológico em escala global (NASCIMENTO, 2026).

Não há uma substituição pura e simples da Rússia pela China, como oponente principal dos EUA, mas um reordenamento hierárquico. A China compete com os EUA em nível global, enquanto a Rússia ainda está circunscrita a uma zona de influência europeia que abrange a Europa Oriental. O novo componente nesta arena do século XXI, é que a Rússia pode também aproveitar possíveis rotas do Ártico que encurtam as distâncias até o Canadá, em parceria com o principal antagonista dos EUA, a China.

Em relação a isso, Goldstein e Kozyreva demonstram a exposição crescente da parceria marítima entre a China e a Rússia, não somente no Ártico, mas revelando como suas estratégias navais cada vez mais coordenadas (do Ártico ao Pacífico), podem ameaçar a hegemonia marítima dos EUA. Essa quase-aliança China-Rússia está remodelando o equilíbrio do poder naval global, desafiando a supremacia naval dos EUA por meio de uma colaboração estreita e contínua. A assistência russa impulsionou o programa de porta-aviões da China, modernizou seus destroieres e submarinos e forneceu mísseis e veículos autônomos de ponta, representando uma ameaça para aliados dos EUA, como o Japão, Coreia do Sul e as Filipinas. As implicações marítimas dessa aliança vão além do Indo-Pacífico, abrangendo todos os oceanos do mundo. Os autores reafirmam que está em curso o futuro da estratégia marítima americana no emergente mundo multipolar (GOLDSTEIN E KOZYREVA, 2026).





Tomando como ponto de partida a versão atualizada da Estratégia de Segurança Nacional (2025), os pontos em destaque da nova diretriz imperialista americana são a Doutrina Donroe e as ações no Indo-Pacífico. Por meio de alianças, pressão econômica e tecnológica, foco em segurança econômica e a militarização do hemisfério, as intervenções militares massivas ficam em segundo plano. Este panorama também deixa implícito que há uma repartição de tarefas. Os EUA focam nas Américas, enquanto os aliados do Pacífico, como Japão, Austrália, Coreia do Sul e Taiwan ajudam a conter a China. A Europa deve assumir suas próprias responsabilidades militares, especialmente diante das ameaças de expansão russa.

No cenário das Américas, a região é vista como um tabuleiro estratégico para segurança e acumulação de capital, sob uma ótica de maior controle e subordinação aos interesses americanos. Não é sem sentido que a política externa de Trump para o hemisfério ocidental é frequentemente chamada de Doutrina Monroe atualizada, "Corolário Trump" ou "Doutrina Donroe", o que resgata a ideia de que as Américas são a esfera de influência dos EUA. O objetivo se concentra na contenção da influência das potências estrangeiras nomeadas anteriormente: China e Rússia.

Sob o segundo governo Trump, a Doutrina Monroe é revivida nas tentativas de intervenção política e controle econômico concluídas na Venezuela e nas discussões sobre anexação de territórios na Groenlândia e Canadá. Isso demonstra a persistência de uma política expansionista, ainda que com diferentes abordagens de justificação: controle do narcotráfico, defesa nacional ou segurança militar mundial. 137

A Doutrina Monroe, sintetizada pelo lema "A América para os americanos", oferece uma vasta gama de temas a serem explorados em relação à América Latina. Esses temas variam desde sua formulação original no século XIX até suas reinterpretações contemporâneas, como a recente "Doutrina Donroe". De imediato é preciso dizer que esta doutrina nem sequer existe formalmente e não funciona como uma atualização do cânon original, sendo apenas a abstração corrompida do catequismo nativo da Doutrina Monroe, sob a forma de uma corruptela do termo original formada por Donald, primeiro nome de Trump acrescido de "Monroe".

Autores como Fiori descrevem o novo tipo de guerra surgida neste contexto. Ela é fragmentada e contínua, travada primordialmente nas regiões mais estratégicas da periferia do sistema político mundial.

Um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário, por meio do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra no qual se usa a informação mais do que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. (FIORI, 2018, p. 16).

Os termos desta análise conduzem à inevitável conclusão de que se trata de um conflito ilimitado tanto na estrutura como no tempo de preparação e duração. Para este novo tipo de acúmulo simbólico de poder, o autor ressalta que é uma "espécie de guerra infinitamente elástica, que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma em uma beligerância contínua e paralisante das forças que se dividiram e foram jogadas umas contra as outras, por fatores internos, mas com a contribuição decisiva da potência interventora" (FIORI, 2018, p. 16).





A defesa da democracia e dos direitos humanos, símbolos que marcaram especialmente a segunda metade do século XX, perdeu relevância, uma vez que as novas intervenções não possuem restrições éticas. Como não há compromisso com a reconstrução do adversário, ocorrido com os projetos de reestruturação do Japão e Alemanha e o Plano Marshall aplicados à Europa ao fim da II Guerra, as garantias políticas se tornaram escassas.

Um aspecto derivativo importante são as sanções econômicas impostas pelo Governo Trump em 2025. Thorstensen e Prado defendem que o governo Trump está rompendo com as bases da ordem internacional para impor uma nova geopolítica comercial, baseada nas tarifas. O fenômeno não é novo e sequer é uma iniciativa exclusivamente americana no jogo político imperial global, mas os EUA, cuja hegemonia é agora contestada pela China, desistiram de pagar o preço da liderança de um sistema que lhes possibilitou ser o país mais rico e militarmente poderoso do planeta (THORSTENSEN E PRADO, 2025).

Segundo os autores, neste novo ciclo estratégico, os EUA aparentemente abrem mão da ordem liberal multilateral baseada em regras e criam instabilidade ao mesmo tempo em que estabelecem o preço da sua economia como um parâmetro confiável. Isso implica que os EUA aceitam uma divisão do mundo em grandes espaços econômicos regionais encapsulados em uma reconfiguração de polaridades. Apesar desta projeção, este cenário é apenas uma conjectura, baseado no fato de que os mercados venham a se adaptar às novas condições e que os EUA, com seu gigantesco mercado consumidor, continuem exercendo o poder de atração de investimentos e mantenham o status de grande player de inovação tecnológica. 138

Traçadas as características essenciais do imperialismo americano, precisamos reforçar o que Fiori comenta sobre este novo espaço imperial: “Ele não é contínuo nem homogêneo. Seu poder apoia-se no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os estados nacionais nem elimina a hierarquia do sistema estatal.” (FIORI, 2018, p. 17).

A invasão da Venezuela para a extração de Nicolás Maduro aos tribunais americanos, caracteriza esta analogia, demonstrando a necessidade endógena de atualização da reprodução e expansão contínua do império militar americano, que foi construído até 1990. Esta nova filosofia político-militar se expandiu de forma significativa na Era Trump. Os EUA reconhecem o governo autocrático da Venezuela, desde que colaborem nos termos do Departamento de Estado, quanto ao gerenciamento da extração de petróleo cru e à manutenção de uma relação comercial praticamente monopolizada em benefício dos EUA, extraíndo as influências chinesa e russa.

O autor ainda alerta que a despeito de revisões programáticas, é essencial compreender que no caso das nações que vivem na periferia americana (América Latina e Caribe) acabou definitivamente o que chamamos de “hegemonia benevolente”, aquele comprometimento unilateral e voluntário com a democracia e com as garantias protetivas quanto ao desenvolvimentismo e bem-estar social. O alerta final é que já não é possível retornar (FIORI, 2018, p. 17).





Conclusões finais

Do ponto de vista estritamente teórico, o novo documento estratégico dos EUA se situa na tradição do realismo internacional de Edward Carr e Hans Morgenthau. Em relação ao primeiro autor, o realismo internacional de Edward Hallett Carr é desenvolvido na obra clássica *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, na qual ele critica o idealismo liberal e o utopismo global por ignorar o papel do poder e do interesse próprio nas relações internacionais. Carr ainda argumenta que a política internacional é definida em termos de luta pelo poder em um ambiente anárquico (CARR, 2001).

Quanto a Morgenthau, em sua obra-chave *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz* (1948), ele declara que a natureza humana define os rumos da política por leis objetivas, sempre egoístas e buscando domínio regional ou global. Os interesses dos Estados são definidos em termos de poder e a política externa é autônoma, separada de morais universais. A anarquia e o poder estão inseridos em um sistema internacional caótico, cuja sobrevivência depende da acumulação e do equilíbrio da supremacia entre os Estados (MORGENTHAU, 1972).

As ideias progressistas associadas ao multilateralismo e equilíbrio do poder foram revisadas no fim do século XX pelo realismo ofensivo de John Mearsheimer, que sempre se opôs às teses clássicas do cosmopolitismo liberal, introduzidas no cenário internacional pelo presidente americano Woodrow Wilson depois do fim da Primeira Guerra Mundial. Na obra *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, o autor argumenta que a anarquia internacional força grandes potências a maximizar poder e buscar hegemonia regional para sobreviver, tornando o conflito constante e a cooperação difícil. Estados são vistos como maximizadores de poder (MEARSHEIMER, 2007). 139

De modo geral, os EUA da era Trump tendem a se alinhar com Morgenthau, uma vez que reconhece a existência de Estados que são seus adversários estratégicos e exerce seu poder de maneira diferenciada com relação aos demais. Isso pode implicar em subordinação, no caso de alguns países do Leste Asiático e do Oriente Médio ou hegemonia no caso dos aliados europeus. Na América Latina, entretanto, o poder imperial americano é exercido sobre um território contínuo. Do ponto de vista prático, o novo documento americano representa uma ruptura revolucionária com relação ao passado da política externa dos EUA do século XX, e um gigantesco ponto de interrogação em relação ao futuro do sistema internacional.

Existem dois consensos fundamentais, dentro da elite americana, que se mantêm constantes e por cima de todas as suas divisões e lutas internas envolvendo seus partidos e facções governantes. Em primeiro lugar, no campo das ideias, segue a convicção de que os EUA devem manter permanentemente sua liderança econômica e militar dentro do sistema mundial. Em segundo lugar, em um entendimento mais pragmático, a convicção de que os EUA não podem deixar de financiar a reprodução e a expansão permanente da infraestrutura indispensável ao exercício deste poder global. Como resultado destes pontos, surge a Doutrina Donroe, uma reinterpretação da Doutrina Monroe, focada em controlar a América Latina, fortalecendo cadeias de suprimentos e dificultando a influência chinesa na região.

Não podemos nos esquecer do papel da Doutrina Monroe original na política externa dos EUA, uma vez que moldou a identidade da política externa dos EUA no hemisfério ocidental ao longo de dois séculos, confirmando sua relevância atual. No século XIX, a Doutrina Monroe estabelecia a busca e captura de





recursos naturais para os EUA. Desde as aquisições territoriais durante a Marcha para o Oeste, passando pelo histórico de taxações até as incursões territoriais específicas, como no caso da Venezuela, temos significativas evidências que estes impulsionamentos se conectam com os princípios desta doutrina.

A América Latina deve ser novamente assegurada como "quintal" dos EUA. A Doutrina Donroe sugere na perspectiva latino-americana que o governo Trump deve explorar as críticas e resistências à doutrina por parte dos países da região, que frequentemente a veem como uma ferramenta de imperialismo e subdesenvolvimento.

Referências

- ABREU, Jonas. "A teoria do Destino Manifesto: revisitando os ciclos da história americana e o governo Trump". *Revista Conjuntura Global*, v. 10, n. 2, p. 67-88, 2021.
- AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CONANT, Charles A. "The Economic Basis of Imperialism". *North American Review*, Vol. CLXVII, p. 326-340, 140 1898.
- DAVIDSON, James West. *Uma breve história dos Estados Unidos da América*. 2 ed. Porto Alegre (RS): L&PM, 2016.
- DORFMAN, Ariel. *Empire's old clothes: what the lone ranger, babar, and other innocent heroes do to our minds*. Durham (NC): Duke University Press, 2010.
- DUTRA, Delamar José Volpato. "Direito natural (jus naturale) em Hobbes." *Analytica - Revista de Filosofia*, v. 20, n. 1, p. 61-81, 2017.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIORI, José Luís da Costa. "Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos". *Revista Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 10-17, 2018.
- FOHLEN, Claude. *O Faroeste*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Publibooks, 2010.
- GOLDSTEIN, Lyle. KOZYREV, Vitaly. *The New Cold War at Sea: Maritime Implications of the China-Russia Quasi-Alliance*. Annapolis, MD: Naval Institute Press. Fox Chapel Publishing, 2026
- KORNBLUH, Peter. "Operação extrema: derrubar Allende". (2020). National Security Archive (NSA). The George Washington University. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2020-09-15/extreme-option-overthrow-allende#:~:text=On%20October%2022%2C%201970%2C%20Schneider,involvement%20will%20clearly%20be%20impossible.%E2%80%9D>. Acesso em 24 jan. 2026.





LAFEBER, Walter. "The New Empire: an Interpretation of American Expansion, 1860-1898". Ithaca (NY): Cornell University, 1967.

LANGER, William L. "Farewell to Empire". Revista Foreign Affairs. Out. 1962. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/1962-10-01/farewell-empire>. Acesso em 31 mai 2026.

MAHAN, Alfred Tayer. The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783. Mansfield Centre (CT): Martino Fine Books, 2019.

MEARSHEIMER, John. A Tragédia da Política das Grandes Potências. Lisboa: Gradiva, 2007.

MORGENTHAU, Hans Joachim. Política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz. Nova Iorque (NY): Editora Knopf. Distribuída por Random House, 1972.

NASCIMENTO, Kleber. Guerra Fria Tripolar: A Disputa Sistêmica entre Estados Unidos, Rússia e China na Ordem Geopolítica do Século XXI. São Paulo: Amazon, 2026.

NATIONAL PEACE CORPS ASSOCIATION. Uma rede que funciona para você. Disponível em: <https://www.peacecorpsconnect.org/our-mission-and-model/>. Acesso em 15 jan. 2026.

PRESIDENCY OF THE UNITED STATES. National Security Strategy of the United States of America. The White House, Washington, DC. Dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em 1 fev. 2026. 141

PRESIDENCY OF THE UNITED STATES. National Security Strategy of the United States of America. The White House, Washington, DC. Nov. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em 4 fev. 2026.

SANTOS, Sandro Marques. "Um povo eleito em uma terra prometida: o mito do destino manifesto e as raízes do nacionalismo norte-americano". Porto Alegre: Revista Aedos, v. 14, n. 32, p. 140-155, 2022.

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. Políticas coercitivas da Operação Condor. 181 f. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SCHLESINGER JR. Arthur M. Os ciclos da história americana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

SILVA, Ligia Maria Osório; OLIVEIRA, Milena Fernandes de. "Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Universidade Federal Fluminense. v. 1 n. 31, 2012. THORSTENSEN, Vera. PRADO, Victor do. "Da geoeconomia à geopolítica de Trump". Cebri - Revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Ano 4, n. 14, 2025. WALLENFELDT, Jeff. "Política de Big Stick. História dos Estados Unidos". Enciclopédia Britânica, 1 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Big-Stick-policy>. Acesso em 29 de janeiro de 2026.

WEAVER, John M. "The 2017 National Security Strategy of the United States". Journal of Strategic Security. York (PA): York College of Pennsylvania, v.11, n.1, 2018. WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 5ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2021.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.





WILLIAMS, William Appleman. The Tragedy of American Diplomacy. New York (NY): W. W. Norton & Company, 2012

